

Compulsório já elevou os juros

Os bancos já se anteciparam ao aumento do compulsório. Parte da alta dos juros verificada no crédito em janeiro é fruto de estratégia preventiva das instituições, segundo pessoas ouvidas pelo Valor. Também pode acontecer um recuo da expansão das carteiras de crédito previstas para este ano, mas esse movimento pode depender também de outros fatores, como uma possível alta da taxa Selic.

O Banco Central anunciou na quarta-feira a retirada de parte das medidas de flexibilização dos depósitos compulsórios realizadas durante a crise. Na época, o objetivo era restaurar a liquidez do sistema, especialmente dos bancos de porte menor, afetados pela turbulência externa. Com a nova medida, o BC espera recolher, entre março e junho, R\$ 71 bilhões dos R\$ 99,8 bilhões que foram injetados no fim de 2008.



O impacto dessa medida é imediato no custo do crédito. "Alguns bancos já subiram os juros esperando por isso", disse um executivo de grande banco. Essa expectativa se somou a uma elevação dos juros futuros, que servem de base para o preço do crédito, e o reflexo já foi sentido pelos tomadores neste início de ano.

A taxa média para as empresas apresentou elevação de 1 ponto percentual em janeiro, para 26,5% ao ano. As empresas de pequeno porte, que tomam recursos prefixados, sofreram mais. O aumento foi de 2 pontos percentuais, para 37,9% ao ano. Já na pessoa física, o juro médio para o consumidor teve alta de 0,3 ponto percentual no mês, para 43% ao ano, de acordo com dados do Banco Central.

Há um excesso de liquidez no sistema que precisa ser enxugado e a maneira mais rápida de se fazer isso é pelo aumento do compulsório, afirma o professor Alexandre Assaf Neto, pesquisador do **Instituto Assaf**. O problema, diz ele, é que isso vai afetar o custo do crédito. "Parte do dinheiro dos bancos agora está esterilizado no BC e isso se recupera na taxa de juro", diz Assaf. Segundo ele, o fato de o Brasil ter uma grande concentração bancária, com a maior parte dos recursos na mão de poucas instituições, agrava esse processo.

O efeito na taxa se dá pela própria disponibilidade de recursos na economia. Com menos dinheiro no mercado, pela lei de oferta e procura, o produto tende a ficar mais caro. "Se você tira R\$ 70 bi da economia, é natural que custo do recurso fique mais alto", diz Renato Oliva, presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC). Além disso, completa Oliva, há

impacto no custo de captação para os bancos e isso, de certa forma, pode aumentar o custo para o cliente final.

Mas Oliva não acredita que o movimento seja suficiente para reduzir o crescimento das carteiras projetado para este ano. Segundo ele, a oferta de crédito hoje é superior a demanda por recursos. Dessa forma, mesmo que haja certo recuo na disponibilidade dos bancos em emprestar, ainda assim o resultado final será superior à necessidade de recursos por parte das empresas. "A oferta não vai recuar, a demanda será atendida, mas com custo mais alto", diz.

Para que haja menor crescimento dos empréstimos, continua o presidente da ABBC, é preciso que a demanda por recursos arrefeça e isso, segundo ele, seria decorrência de aumentos seguidos da Selic ou de mensagens do BC sinalizando preocupação com a inflação.

Mas há quem acredite em redução do crescimento do crédito. "Entendemos que a medida representa exatamente o anunciado, ou seja, um gradual retorno à normalidade à medida que os efeitos da crise são superados. No entanto, a medida deve ter impactos diretos sobre o crescimento da carteira de crédito", diz o economista-chefe do Santander, Alexandre Schwartsman, em relatório para clientes. De acordo com o texto, a expectativa é que o estoque de dívidas do sistema financeiro apresente uma expansão entre 18% e 20% neste ano, mas com a medida "é provável que o crescimento fique mais perto de 18%", diz.

Os economistas do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn e Guilherme da Nóbrega, também acreditam em redução da demanda. "Dada a magnitude e a velocidade de implementação das novas regras, é possível que haja impacto palpável sobre a demanda, reduzindo o risco de inflação", diz em relatório. Tanto o Santander quanto o Itaú, no entanto, continuam acreditando em alta da Selic já em março.

O presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Lázaro Brandão, disse que as taxas de juros cobradas no banco não devem ser alteradas com o aumento do depósito compulsório. A elevação "não tem essa repercussão e nem essa profundidade", disse após participar de cerimônia dos 200 anos da Associação Comercial do Rio de Janeiro, no Rio.

Ele também minimizou o impacto sobre a oferta de crédito. "Reduz, mas nada substancial." O banqueiro afirmou ainda que a medida está dentro do esperado pelo setor, já que a redução do compulsório foi tomada em um cenário de falta de liquidez entre os bancos, o que não ocorre mais.

O presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, também afirmou que a decisão não vai influenciar o crescimento do BB.

Já para os bancos médios, a decisão do BC foi positiva, visto que as medidas que afetam diretamente a liquidez dessas instituições foram mantidas. "É importante a discussão do compulsório como elemento de distribuição de liquidez. O BC usa esse instrumento para retirar recursos do mercado, mas devolve de forma melhor distribuída, já que os bancos grandes têm de comprar CDI de banco pequeno e médio", diz Renato Oliva, da ABBC. (Com Folha Online)



Digital Assessoria
Comunicação Integrada